À:

Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal

Ref.: Impugnação ao edital de Pregão Eletrônico nº 83/2025

Trata-se de pedido de impugnação ao Edital de Pregão Eletrônico nº 83/2025, cujo objeto é o registro

de preços de gêneros alimentícios.

Em brevíssima e apertada síntese, alega a impugnante que, em relação ao item 10 do Anexo 1 -

Termo de Referência (arroz tipo 1) "a exigência do qualificativo 'PREMIUM' nos rótulos/embalagens, a par

de não encontrar correspondência em padrões oficiais de classificação do produto arroz, traduz restrição

indevida à competitividade, na medida em que limita a participação de fornecedores que comercializam

arroz Tipo 1 com as mesmas especificações técnicas (grupo, subgrupo, classe etc.), porém sem a expressão

mercadológica 'premium' na embalagem".

Requer, portanto, "a retificação do item 10 do edital para suprimir a expressão 'PREMIUM' da

descrição do objeto, substituindo-a por parâmetros técnicos objetivos previstos na regulamentação oficial

do MAPA".

Para melhor ilustrar as alegações, encaminho os memoriais da impugnante na íntegra para

apreciação.

Diante do exposto, passo a opinar:

Preliminarmente, deixo claro que foi constatada nenhuma ilegalidade que motive a reforma e

republicação do edital, uma vez que as exigências contidas no instrumento convocatório são adequadas e

suficientes para sustentar nossa expectativa de sucesso na aquisição dos itens.

Assim que recebidas, as razões da impugnação foram encaminhadas à Coordenadora de Alimentação

Escolar, senhora Marisa de Fátima P. Moreno, responsável pela autoria da especificação para que pudesse se

manifestar a respeito.

As suas considerações seguem transcritas abaixo, na íntegra:

"Nos termos da Instrução Normativa nº 6, de 16 de fevereiro de 2009, do Ministério da Agricultura,

Pecuária e Abastecimento (MAPA), o arroz é classificado conforme critérios técnicos objetivos, que definem

os tipos 1, 2 e 3, com base na presença de grãos partidos, quebrados, matérias estranhas, entre outros

parâmetros.



A denominação "PREMIUM", embora de cunho mercadológico, é amplamente adotada por diversos fabricantes para identificar produtos que, mesmo dentro da categoria tipo 1, apresentam características superiores de qualidade, como:

- •Maior uniformidade dos grãos (mínima presença de grãos quebrados ou defeituosos);
- •Aparência visual mais atrativa e homogênea;
- •Maior rendimento e qualidade no cozimento;
- •Textura, aroma e sabor mais agradáveis;
- •Maior controle de umidade e melhor conservação.

A exigência do arroz tipo 1 "PREMIUM" justifica-se pela necessidade de garantir um padrão superior de qualidade no preparo das refeições fornecidas por esta Administração, assegurando:

- •Melhor apresentação e aceitabilidade dos alimentos pelos usuários do sistema escolar;
- •Redução do desperdício no preparo, devido à menor quantidade de grãos quebrados;
- •Padronização na produção das refeições, com impacto direto na eficiência e satisfação do público atendido.

Tais atributos são especialmente relevantes considerando o destino do produto para cozinhas industriais, escolas, unidades de saúde, instituições de acolhimento, entre outros ambientes que demandam qualidade alimentar e nutricional constantes.

A exigência da rotulagem "PREMIUM" **não restringe a competitividade**, visto que diversos fabricantes e marcas disponíveis no mercado utilizam essa classificação para seus produtos tipo 1. A condição, portanto, é verificável e comum no mercado, não configurando direcionamento ou limitação indevida à participação de licitantes.

Ainda que o termo "PREMIUM" não integre a nomenclatura oficial do MAPA, sua adoção nos rótulos dos produtos comercializados no mercado permite verificação objetiva do atendimento à especificação, tanto no momento da entrega quanto na fiscalização durante a execução contratual.

Diante do exposto, resta tecnicamente justificada a exigência da classificação "PREMIUM" na aquisição de arroz branco beneficiado tipo 1, considerando que:

•Garante padrão superior de qualidade para o fim a que se destina;



•Está amplamente disponível no mercado;

•Não configura restrição indevida à competitividade;

•Permite fiscalização objetiva pela Administração.

Nestes termos, a especificação é adequada, necessária e proporcional aos objetivos da contratação,

em consonância com os princípios da legalidade, isonomia, eficiência e interesse público".

Ressalto que nada tenho a acrescentar sobre o assunto e, ao meu ver, as justificativas da responsável

técnica da Prefeitura parecem-me suficientes para elucidação e fundamentação do caso.

Em suma, nota-se que não existem indícios suficientes para alterarmos as condições originais do

edital, sendo mais prudente mantê-lo nos mesmos termos.

Finalizada a análise e diante do exposto, recebemos a impugnação apresentada, por ser tempestiva,

mas têm-se que as razões trazidas pela impugnante não possuem fundamento e não devem prosperar, motivo

pelo qual NÃO DEVE SER DADO PROVIMENTO AO SEU PLEITO.

Eram essas, Senhora Prefeita, as informações a que submetemos à apreciação de Vossa Excelência

para que possa decidir a respeito.

Pederneiras/SP, 20 de agosto de 2025.

CENDY BIAZUZO RAMOS

Secretário de Compras e Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 83/2025

JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO

DECISÃO:

VISTOS, ETC.

ACOLHO POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS AS RAZÕES APRESENTADAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES, EM FACE DA IMPUGNAÇÃO APRESENTADA, E DETERMINO QUE SEJA MANTIDA A ÍNTEGRA DAS CLÁUSULAS EXIGIDAS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO ORIGINAL, MANTENDO-SE OS PRAZOS E DEMAIS CONDIÇÕES.

DÊ-SE CIÊNCIA AO INTERESSADO.

PEDERNEIRAS, 20 DE AGOSTO DE 2025.

IVANA MARIA BERTOLINI CAMARINHA

Prefeita